

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI para o período de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (a) aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas vinculadas a empréstimos originados por meio de plataforma eletrônica desenvolvida e mantida pela Provi Soluções e Serviços Ltda, desde que enquadradas nos termos do artigo Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686”); **(ii)** a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; e **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e **(iv)** a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída em 22 de julho de 2019, no qual foram deliberados e aprovados por unanimidade a **(i)** a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI; **(ii)** a definição do capital social da Companhia em R\$ 10 (dez mil reais); **(iii)** a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; **(iv)** a redação do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi)** a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”. No âmbito das deliberações da Assembleia Geral, principalmente frente à deliberação da obtenção do registro de Companhia Aberta, a administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 26 de março de 2021.

Em 31/12/2020 não foram observados impactos do COVID-19, portanto em nada afetou quanto ao fluxo da operação.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 . Ativos financeiros

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI, classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI, gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado.

iv) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Créditos das operações com seguros e resseguros” e “Títulos e créditos a receber”.

v) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme

apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e Brasil, Bolsão e Balcão S.A. (B3).

vi) Redução do valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo

(“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

vii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI constitui redução ao valor recuperável sobre os prêmios vencidos a mais de 60 dias, utilizando como base a parcela decorrida dos prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Cosseguro e Resseguro.

viii) Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI constitui redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos.

3.2 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação.

3.4 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Impairment

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas

circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a análise da carteira avaliando os recebimentos do período para apurar com exatidão quanto a adequacidade do saldo contabilizado em redução ao valor recuperável de ativos.

3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2020.

3.7 Receita de Juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 3 a 18 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.9 Demonstração do fluxo de caixa – DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.10.1 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e em vigor:

IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido

Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Banco conta movimento	583	10
Aplicações financeiras (i)	847	-
Total	1.430	10

- (i) aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (*CDB Fidelidade*), realizadas juntas ao Bradesco S.A, que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 95,2% do CDI. Conforme CPC 46, a aplicação financeira em questão é considerada nível 1 devido ao seu alto nível de liquidez.

5. Empréstimos e recebíveis

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos, para fins da 1ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissão”).

- a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são representados por cédula de crédito bancário (“CCBs”) emitidas por determinadas pessoas jurídicas (“Tomador”) em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Provi

b) Critérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia deverão respeitar os seguintes critérios de elegibilidade: (a) o total de Direitos Creditórios de titularidade da Promitente Adquirente devidos por um mesmo devedor não poderá corresponder a mais que 5% (cinco por cento) do valor da carteira global de Direitos Creditórios da Emissão vinculados à Emissão; (b) a data de vencimento de cada CCB não poderá ser posterior à Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; (c) as CCB deverão ter valor expresso em moeda corrente nacional; e (d) as CCB deverão ser emitidas por tomadores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante a Emissora, salvo se expressamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada nos termos do Cláusula 5 desta Escritura. .

c) Composição dos recebíveis

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira de crédito (a)	27.781	-
(-) Perdas de crédito esperadas	(1.031)	-
Total	26.751	-

d) Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 31/12/2019	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	Provisão p/ redução ao valor recuperável	Amortização		Saldo em 31/12/2020
					Principal	Juros e encargos	
Carteira CCBs	-	36.087	2.879	(1.031)	(11.184)		26.751
Total	-	36.087	2.979	(1.031)	(11.184)		26.751

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

	Saldo
Vencidos:	788
A Vencer:	
0 - 30 dias	1.497
30 - 60 dias	1.972
60 - 90 dias	1.917
90 - 120 dias	1.925
120 - 180 dias	3.570
180 a 360	8.040
Acima de 360	8.072
Total Curto Prazo	19.709
Total Longo Prazo	8.072

Perdas de crédito esperadas	(1.030)
Total	26.751

f) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A operação em escritura das debêntures determinou a política a ser seguida para provisão para perdas de seus recebíveis, quais são aplicadas para a redução a seu valor recuperável, dado o recente início da operação, não se fez possível realizar a classificação dos empréstimos por estágios de recuperabilidade, como determina o IFRS 9. Pois em análise realizada pela companhia, informações não estão estáveis gerando grandes oscilações quando comparadas.

Todo resultado auferido na operação é objeto de “afetação Patrimonial” sensibilizando assim diretamente o passivo da operação, havendo lucro, o impacto será revertido em forma de prêmio ou será uma perda efetiva para o debenturista.

6. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas correspondem aos custos e despesas incorridos com a gestão da carteira, que foram pagas à Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., e que foram reembolsadas respectivamente, conforme Instrumento Particular de Consultoria Financeira e Outras Avenças. A VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda é responsável pela remuneração dos sócios, administradores e pessoas ligadas à administração.

O valor da comissão de administração é equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o volume total da Emissão, devida anualmente desde a data de emissão das debêntures até sua data de liquidação financeira faturada *pro-rata temporis* mensalmente e observada uma parcela mínima mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

	31/12/2019 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Despesa - gestão da carteira	121	-
Total	121	-

7. Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar está representado por impostos e contribuições a recolher (IRRF e CSLL), no valor de R\$ 35 (R\$ 0 em 31/12/2019).

8. Debêntures

8.1 Condições da Escritura

De acordo com a escritura das Debêntures, a Emissão foi realizada no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), realizada em duas séries, quais sejam, primeira série da Emissão (“Primeira Série”) e segunda série da Emissão (“Segunda Série”), cada uma representando respectivamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A classificação das séries são respectivamente 1ª Série Sênior 2ª Série Subordinada.

Remuneração – A Primeira Série fará jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 5% pré-fixado (cinco inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis. A Série Subordinada não fará jus a qualquer remuneração.

Garantias – Não serão constituídas garantias em favor dos Debenturistas no âmbito da Emissão.

Prêmio de Reembolso – Após o pagamento da amortização e da remuneração da Série Sênior, a Série Subordinada fará jus ao Prêmio Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados.

8.2 Prêmio Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados

As Debêntures assegurarão aos debenturistas da segunda série (Subordinada) um prêmio equivalente à receita residual dos Direitos Creditórios Vinculados após finalizada a alocação de recursos para os Debenturistas da série Sênior.

8.3 Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das debêntures somava:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Debêntures	26.415	
Total	26.415	-

Movimentação das Debêntures

	31/12/2019	Integralizações	Juros	(+) Prêmio / (-) Perda	31/12/2020
1ª Série	-	9.275	271	-	9.546
2ª Série	-	3.515	113	-	3.628
3ª Série	-	3.009	90	10.142	13.241
Total	-	15.799	474	10.142	26.415

O saldo de debêntures está classificado 100% no longo prazo, visto que as amortizações estão programadas para o fim da operação.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um passivo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do passivo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de financeiro projetado daquele passivo que pode ser estimado de uma maneira confiável.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1 (hum mil e um reais) foram integralizados na fase pré-operacional e o restante será integralizado em até 2 anos contados a partir da data de constituição da Companhia. As participações estão apresentadas desta forma:

	Número de ações ordinárias	% de participação
Mario Gonzalez Perino	5.000	50
Fernando Isso Franco	5.000	50
Total	10.000	100

9.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

10. Receita operacional

Em 30 de setembro de 2020 a composição das receitas auferidas são compostas pelos juros de operações com debêntures sendo que a remuneração de VERT PROVI é de CDI + 5% .

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita líquida	2.879	-
Total da receita líquida	2.879	-

11. Custo dos serviços prestados

	31/12/2019 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/19
Gestão de carteira (i)	121	-
Agente fiduciários	446	-
Cetip	4	-
Taxas CVM	5	-
Tarifa Banco Liquidante	515	-
Comissão de Distribuição	7	-
Cobrança	599	-
Total	1.697	-

(i) Os custos com a gestão da carteira, são transações, corresponde aos serviços de estruturação, coordenação e administração das operações de securitização da Companhia, que foram pagos para a Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, e que foram reembolsadas pela Companhia, conforme mencionado na NE 6.

12. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Captação de debêntures	446	-
Impostos e Taxas	16	2
Outras Desp. Adm.	1.516	16
Outros Créd. Liq. Duv.	1.030	-
Total	3.008	18

Classificadas como	31/12/2020	31/12/2019
Gerais e administrativas	2.562	16
Despesas tributárias	446	2
	3.008	18

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas no período de 30 de setembro de 2020:

	31/12/2019 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita Financeira	129	-
Total	129	-

14. Contrato de Seguros

Em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possui seguros contratados.

15. Ativos e passivos contingentes

Em 31/12/2020 não há contingências envolvendo a companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT PROVI.

16. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes

17. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 31 de março de 2021.

* * *